

## O MODELO QUEBEQUENSE E A APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO E DE PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS : O CASO DE PAROLE D'EXCLUS

Renata Brauner Ferreira  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Juan-Luis Klein  
Université du Québec à Montréal

### Introdução

No Quebec desde há alguns anos está presente o debate político, econômico e social sobre os fundamentos, a eficiência e a sobrevivência ou não do modelo de desenvolvimento chamado modelo quebequense.

Neste estudo pretende-se destacar que, independente do futuro e da direção que o modelo quebequense possa vir a tomar, o seu desenvolvimento possibilitou a apropriação de práticas democráticas ao longo de sua trajetória.

Para Bouchard *et al* (2005) no Quebec o desenvolvimento econômico comunitário conheceu uma institucionalização rápida ao longo dos anos 1980 e 1990. Mas atualmente ele vem sendo questionado por uma concepção neo-liberal de desenvolvimento local que perpassa a política quebequense, principalmente a partir de 2003.

Conforme Bouchard *et al.* (2005) as proposições do governo de orientação neo-liberal eleito em 2003 têm enfrentado uma ativa oposição – que varia de acordo com o dinamismo das diferentes organizações comunitárias e de acordo com os diferentes atores sociais – o que os leva a apostar que as conquistas do modelo *partenarial* não poderão desaparecer facilmente. Eles assinalam que a partir do momento em que se reconhece a sociedade civil, é difícil fazê-la recuar...

O estudo de caso aqui analisado parece ir ao encontro do que estes autores supracitados afirmam, pois, a organização comunitária Parole d'exclus foi criada oficialmente em 2006, quando o partido de orientação neo-liberal já estava no poder no Quebec, e sua *démarche* parece demonstrar o dinamismo, a continuidade e a vitalidade das relações *partenariales* conquistadas pela sociedade civil durante o decurso do modelo de desenvolvimento quebequense.

Este estudo dividir-se-á em quatro capítulos: no primeiro capítulo apresentar-se-á, em linhas gerais, alguns elementos do modelo de desenvolvimento quebequense, em um segundo capítulo abordar-se-á os movimentos sociais urbanos em Montreal e sua relação com este modelo, o terceiro capítulo apresentar-se-á o estudo de caso: Parole de Exclues, e no quarto capítulo procurar-se-á estabelecer relações entre apropriação territorial e de práticas democráticas cidadãos no Quebec.

## 1. Modelo de desenvolvimento quebequense: alguns elementos para o debate

A província do Quebec faz parte do Canadá, mas guarda algumas particularidades, se distinguindo das outras regiões do país, por algumas características específicas: é majoritariamente de língua francesa, no restante do país a língua predominante é o inglês, seu sistema jurídico é inspirado no código napoleônico e não na “*common law*” que prevalece nas outras províncias do país, sua tradição religiosa é católica diferente do Canadá inglês que é de maioria protestante. Outra distinção importante é a de seu modelo de desenvolvimento econômico: sua estrutura econômica está baseada, em empresas privadas, mas, também, igualmente, sobre algumas grandes empresas públicas e sobre numerosas empresas cooperativas e de economia social (Klein *et al.*, 2009, p. 1).

Segundo Lévesque (2001b) a análise do conjunto de pesquisas dos últimos anos nas mais diversas temáticas – por exemplo, pesquisas sobre os atores sociais, sobre o Estado, a centena de estudos de caso sobre relações de trabalho, relações de consumo e relações com o território – permitem sustentar a hipótese de que um novo modelo de desenvolvimento teria sido posto em prática no Quebec, um modelo que poderia ser qualificado como *partenarial*, um modelo que veio a se distinguir tanto do modelo keynesiano ou fordista cuja grande referência é a chamada Revolução Tranquila, quanto do modelo neoliberal, mesmo que este último venha se impondo cada vez mais.

Lévesque (2001b) deixa claro que ao se denominar a configuração quebequense como um “modelo de desenvolvimento” não o está fazendo em um sentido normativo, ou como um modelo a imitar, mas sim no sentido de que este “modelo” constitui uma configuração que reúne diversos elementos e cuja coerência resulta de uma construção teórica feita *a posteriori* conforme o método de tipo ideal de Weber (1965, *apud* Lévesque, 2001b).

Para entender o “modelo quebequense” é preciso conhecer um pouco da história do Quebec, pelo menos, a partir da chamada Revolução Tranquila. A Revolução Tranquila teria começado institucionalmente a partir da eleição do Partido Liberal ao poder em 1960 e marca um momento importante da história do Quebec, na qual o Estado do Quebec assume um papel de Estado Providência nos moldes keynesianos, há uma ruptura entre o Estado e a Igreja Católica tudo acompanhado de um recrudescimento de uma identidade nacional quebequense.

Mudanças significativas se produziram após a Revolução Tranquila, por exemplo, no que se refere ao nacionalismo econômico houve uma evidente alteração na estrutura de poder entre anglófonos e francófonos o que pode ser observado nas seguintes cifras:

de 1961 a 1987 o controle dos francófonos no Quebec no conjunto da economia passa de 47,1% à 61,6 % e no setor financeiro o controle passa de 25,8% à 58,2% (Lévesque *et al.* 1999 ).

Há, pelo menos, duas interpretações da Revolução Tranquila, a primeira aponta a Revolução Tranquila como um marco no processo de modernização, industrialização e urbanização do Quebec, o que teria sido a entrada dos francófonos na era moderna, uma sociedade que, até então, seria conservadora, essencialmente rural, na qual a Igreja Católica teria uma influência determinante, já a outra corrente analisa a Revolução não como uma ruptura, mas como um aceleração de mudanças na sociedade francófona que teriam começado já no século XIX.

De qualquer maneira após 1960, afirma Lévesque, uma série de iniciativas foi tomada por governos sucessivos e pelos próprios atores sociais em torno do desenvolvimento do Quebec, o que teria levado a constituição de um “modelo quebequense de desenvolvimento” cuja unidade estaria assegurada por compromissos articulados em torno do intervencionismo estatal, do nacionalismo econômico, de uma democratização dos serviços públicos e de uma modernização da economia e da infraestrutura. *Inspiré par l'approche keynésienne dans l'économie et par celle de Beveridge dans le social, ce modèle relève d'une approche hiérarchique et centralisatrice.* (Lévesque *et al.* 1999, p. 2)

Segundo Bouchard *et al.* (2005) o chamado “modelo quebequense” teria essencialmente duas formas: o modelo fordista ou providencialista (1960-1980) caracterizado por uma governança hierárquica e pública e o modelo *partenarial* (1981-2003) marcado por uma governança partilhada ou, simplesmente, *partenarial*.

O “modelo quebequense” de então se apoiou igualmente sobre um compromisso entre o patronato e os sindicatos a fim de modernizar as empresas. Bouchard *et al.* (2005) asseveram que a intervenção do Estado foi percebida como necessária ao desenvolvimento econômico, mas, também foi considerada necessária para freiar as desigualdades sociais e regionais; neste momento a implementação de políticas públicas ainda era compatível com o desenvolvimento econômico. Assim, continuam os autores, por um lado, as despesas consagradas a modernizar as empresas ou a alavancar as grandes empresas repercutiam sobre a criação de empregos e a revitalização das regiões; por outro lado, os investimentos em educação e em saúde permitiam uma mão-de-obra mais qualificada e eficiente, o que também tinha impacto na produtividade das empresas.

O Estado quebequense tornou-se assim um impulsionador para o desenvolvimento econômico e social através das políticas de desenvolvimento regional, da divisão dos lucros com os trabalhadores, do reconhecimento dos sindicatos assim como do acesso e a gratuidade no domínio dos serviços. (Bouchard *et al.* 2005)

Para Bouchard *et al.* (2005) o modelo fordista favoreceu igualmente as formas de democracia representativa e deliberativa no quadro dos grande debates e projetos de modernização social e econômica e este compromisso fordista teria sido relativamente estável até o momento em que o desenvolvimento social foi se dissociando do desenvolvimento econômico. Em resposta as necessidades não satisfeitas pelo Estado ou pelas próprias empresas, muitos movimentos sociais se formaram e contestaram o taylorismo pela exclusão crescente dos trabalhadores da gestão, pelo fato de que a participação nos lucros não incluía necessariamente uma melhor divisão do poder e ainda pela insatisfação com o modelo centralizador e burocrático do Estado. *Bref, le modèle fordiste et les capacités de l'État à réguler le développement social et économique atteignent leurs limites et bloquent toute innovation.* (Bouchard *et al.*, 2005, p. 4)

Os autores apresentam o quadro-abixo no qual procuram estabelecer as principais diferenças entre os três modelos de desenvolvimento:

	<b>MODÈLE FORDISTE</b>	<b>MODÈLE PARTENARIAL</b>	<b>MODÈLE NÉO-LIBÉRAL</b>
<b>Gouvernance</b>	Publique Hiérarchique	Partenariale Distribuée	Compétitive Marchande
<b>Intérêt général</b>	Biens publics	Pluralité des intérêts collectifs	Biens privés
<b>État</b>	Interventionniste	Catalyseur	Minimal
<b>Marché</b>	Régulé	Reconnu (espace public)	Autorégulation
<b>Société civile</b>	Résiduelle	Ressource	Charité traditionnelle
<b>Forme institutionnelle de l'acteur</b>	Public	Public Sans but lucratif À but lucratif	Public Sans but lucratif À but lucratif
<b>Mise en oeuvre des politiques</b>	Gouvernement direct Propriété publique Régulation des comportements non marchands	Quasi-marché Encouragement à l'autorégulation Concertation Régulation des comportements non marchands	Contrat Régulation par incitatifs Réglementation Encouragement à la concurrence
<b>Élaboration des politiques</b>	Technocratie	Partenariat institutionnalisé	Réseau de politiques publiques
<b>Relation politique d'imputabilité</b>	Arrimage entre les services publics et les attentes des politiciens Bureaucratique	Arrimage entre les services publics et les attentes des citoyens Douce et flexible	Arrimage entre les services publics et les attentes des clients/consommateurs Efficiente

Formes de démocratie	Représentative et délibérative	Représentative, sociale, directe et délibérative	Représentative Lobbying Consultatif individuel
Développement économique / développement social	Dépenses sociales comme débouché pour la redistribution	Dépenses sociales comme investissements et conditions favorables au développement économique	Instrumentalisation du social par l'économique
Développement régional / local	Approche misant sur le développement régional <i>Top-down</i>	Approche misant sur le local Reconnaissance de la société civile Reconnaissance de l'économie sociale Systèmes locaux d'innovation <i>Bottom-up</i>	Approche misant sur le privé Partenariat public-privé Délégation vers les élus locaux

Quadro: Modèles de développement et gouvernance  
Fonte: Bouchard et al. 2005, p. 7

No modelo fordista, afirma Bouchard *et al.* (2005) o crescimento econômico permitiu o crescimento das despesas com os direitos sociais e trabalhistas. Os instrumentos de política pública foram diretos e decorreram de um planejamento centralizado e hierárquico.

No Quebec o modelo fordista se coloriu de uma *concertation* que incluiu o patronato e os sindicatos com o objetivo de modernizar as empresas e impulsionar o desenvolvimento regional, mas, a partir de um determinado momento este modelo começou a ser questionado pelos movimentos sociais, pois, o desenvolvimento gerado acabou sendo desigual passando a sofrer duras críticas em sua estratégia de desenvolvimento de tipo descendente (*top-down*). Assim, o movimento comunitário começa a se engajar no desenvolvimento econômico comunitário de bairros pobres e a crise das finanças públicas levam o Estado a estabelecer compromissos com os atores da sociedade civil para a implementação e, eventualmente, para a concepção de políticas públicas. Assim, o modelo *partenarial* se funda sobre um tripé *Estado-mercado-sociedade civil*, articulando objetivos de interesse geral a objetivos de interesse coletivo, em um modelo de tipo ascendente (*bottom-up*) integrando a sociedade civil (Bouchard *et al.* 2005).

Os anos 80 foram marcados por uma grave recessão econômica e, ao mesmo tempo, por uma crise mais estrutural do modo de produção e de consumo herdados do Estado-Providência. Os movimentos sociais passaram a criticar a centralização do sistema, sua programação de serviços padronizados, suas relações hierárquicas, assim como, a ausência de práticas democráticas. De tal modo que a capacidade de combinar

de maneira original os princípios de justiça social, de participação, de autonomia e de inovação social, fizeram dos movimentos sociais, atores centrais na busca de vias alternativas ao liberalismo e ao providencialismo (Jetté, 2007).

Neste contexto, o Estado desempenhou um papel de animador e catalisador, assegura Lévesque (2004), favorecendo a multiplicação de acordos entre parceiros econômicos e não econômicos e fornecendo o necessário para o desenvolvimento de ferramentas e de aprendizagens coletivas. Portanto, a intervenção do Estado na economia não teria desaparecido, teria se mantido ou até aumentado em algumas situações, no entanto, segundo modalidades diferentes daquelas da Revolução Tranquila e de inspiração *keynesiana*.

Assim, o “modelo quebequense” *partenarial* se caracterizaria pelo reconhecimento de uma pluralidade de atores coletivos – destacando-se as organizações comunitárias e de mulheres. Caracterizaria-se também pela regionalização, pela descentralização, por uma certa socialização do mercado, por uma abertura para uma economia social e plural, por uma democratização das relações de trabalho, por uma revalorização da formação e uma profissionalização do trabalho, por uma intervenção estatal situada e, enfim, por uma multiplicação de lugares de deliberação com os atores sociais (Bourque *et al.* 1999).

Assim, asseveram Lévesque *et al* (1999) o papel do Estado é transformado, passando de uma intervenção estatal externa à sociedade civil a uma atuação alinhada a uma multiplicidade de lugares de deliberação. Esta abertura pode ser observada também tanto nas empresas quanto nos serviços coletivos.

Nas empresas pôde-se observar uma diversidade de inovações organizacionais e institucionais e ainda que a organização taylorista estivesse visivelmente presente, ela foi, todavia, fragilizada tanto pela crise do trabalho quanto pela forte concorrência e pelas novas tecnologias. As formas mais interessantes de modernização levaram a repensar a partilha do poder entre a direção e os trabalhadores sindicalizados – através dos comitês paritários e da negociação contínua – por um lado, e da reorganização do trabalho – através do trabalho em equipe e da requalificação do trabalho – de outra parte. Desde o início dos anos 80 a participação dos trabalhadores na propriedade das empresas se tornou possível a partir de dois fundos de trabalhadores e de algumas dezenas de cooperativas de trabalhadores-acionários nas quais os sindicatos eram engajados (Lévesque *et al* 1999).

Do lado das organizações comunitárias se observa uma evolução semelhante. Desde duas décadas, as organizações comunitárias que valorizam a participação de seus

integrantes partilham uma visão de desenvolvimento onde as fronteiras entre o social e o econômico são postas em questão. Assim, a nova economia social situa os serviços de *proximidad* não somente no domínio da saúde e dos serviços sociais, mas, igualmente no quadro do desenvolvimento local. O conceito de desenvolvimento econômico comunitário afirma com força esta ligação do econômico e do social. Este período é igualmente marcado pelo reconhecimento institucional das organizações comunitárias e de mulheres que foram chamadas a reunir-se ao lado dos sindicatos e do patronato para superar o desafio do desemprego, da pobreza e de necessidades sociais não satisfeitas (Lévesque *et al* 1999).

Sob a pressão dos movimentos sociais (sindical, comunitário, feminista, cooperativo), afirmam Lévesque *et al.* (1999), o Estado do Quebec dos anos 1990 foi obrigado a reconhecer uma pluralidade de atores sociais organizados. E estes atores tiveram um papel determinante para encorajar a difusão das inovações que surgiram, mais do que nunca na escala local. Continua o autor:

Les Conseils régionaux de développement, les tables sectorielles de concertation, les comités sectoriels de main-d'oeuvre et la Société québécoise de développement de la main-d'oeuvre puis les Commissions de partenaires du marché du travail, les Centres locaux d'emploi (CLE) et les Centres locaux de développement (CLD) sont autant d'espaces nouveaux où les acteurs représentatifs de la société civile peuvent participer à l'élaboration, puis à la mise en oeuvre des stratégies de développement. (Lévesque *et al.* 1999, p. 6)

Segundo Lévesque *et al.* (1999) o Estado, neste novo modelo, seria considerado como um parceiro convidado a valorizar a sociedade civil e a democracia social; a chamada *concertation* dos atores sociais teria sido exigida por estes últimos não apenas para sair da crise, mas, também para criar um espaço público onde fosse possível contribuir a formulação e a implementação de políticas públicas. “Ce nouveau modèle ne vise pas à sortir du capitalisme, mais les différences avec le néolibéralisme deviennent suffisamment marquées pour susciter l'engagement de ceux et celles qui sont disposés à travailler pour une société plus humaine” (Lévesque *et al.* 1999, p. 6).

O modelo quebequense assentar-se-ia sobre ao menos três eixos principais, cuja importância pode variar segundo a conjuntura: a intervenção do Estado, a *concertation* e o nacionalismo quebequense (Lévesque, 2004).

## **2. O modelo quebequense e os movimentos sociais urbanos em Montreal**

Hoje em dia pode-se dizer que, ao menos, uma convergência se estabeleceu em torno da tese de que movimentos sociais não surgem pela simples presença de

desigualdade, nem resultam diretamente de cálculos de interesses ou de valores. Para Alonso (2009) as mobilizações envolvem tanto a ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas.

Os novos movimentos sociais não considerariam mais a revolução como a grande finalidade de sua ação, mas visariam, sobretudo, a mudanças significativas não só de suas condições de vida, mas também da *qualidade* de vida.

Assim, para o estudo dos movimentos sociais urbanos utilizar-se-á a definição de Hamel na qual diz que são todas as formas de ações coletivas que:

- Se sont portées à la défense de l'intégrité des quartiers à l'encontre des promoteurs du développement urbain
- Sont intervenues pour améliorer la qualité des équipements et des services urbains
- Ont fait la promotion de la démocratie locale
- Se sont organisées en faveur du développement local et de sa démocratisation (Hamel, 2005, p. 94).

O reconhecimento do setor associativo, com suas estruturas *partenariales*, pelo Estado do Quebec, afirma Jetté (2007), é um elemento chave para a compreensão do modelo quebequense de desenvolvimento social.

No Quebec a expressão “organização comunitária” é utilizada para designar práticas sociais desenvolvidas por organizações sem fins lucrativos (*organismes sans but lucratif* – OSBL) direcionadas a pessoas e comunidades sob uma base local ou regional. Estas práticas, segundo Jetté (2007) procuram se tornarem alternativas àquelas, habitualmente, burocráticas e hierárquicas do setor público:

Quant à ces communautés, elles renvoient de manière large à l'ensemble des personnes et des institutions présentes sur un territoire local ou régional, et d'aucune manière à un repli ou à une division identitaire sur la base d'une appartenance ethnique, religieuse ou autre. Au contraire, les pratiques des organismes communautaires se veulent inclusives et visent à répondre aux défaillances des institutions sociales et économiques, tout en favorisant la cohésion sociale au sein de la société. (Jetté, 2007, p. 96)

As organizações comunitárias se multiplicam a partir do fim dos anos 60, difundindo-se por todos os “quartiers” de Montreal, a princípio, elas cobrem os aspectos vinculados às condições de vida e à gestão do social, mas, a partir dos anos 80 suas áreas de atuação se estendem ao desenvolvimento local, à criação de empresas e à formação dos trabalhadores.

Nos anos 70 as organizações comunitárias ganham uma dimensão maior, pois, o Estado passa a alocar recursos ao setor associativo, principalmente no domínio da saúde e do bem-estar, por intermédio de um programa de financiamento criado em 1973, o



Programa de Apoio às Organizações Comunitárias (*Programme de soutien aux organismes communautaires* – PSOC). (Jetté, 2007)

O estabelecimento de novas regras entre o Estado e as associações comunitárias permite a estas conservarem seu estatuto de organizações sem fins lucrativos e preservarem sua autonomia, ao mesmo tempo, que as torna passíveis de receber subvenções governamentais, assegurando parte de seu financiamento de base (Jetté, 2007).

C'est aussi à cette époque que le PSOC prend graduellement de l'importance parce qu'il rend compte de l'instauration progressive de nouveaux arrangements entre l'État et les associations. Le financement à la mission globale accordé en vertu de ce programme gouvernemental s'avère ainsi un élément décisif de l'essor de ces dernières, puisqu'il leur permet de jouir d'une grande latitude dans l'utilisation des sommes reçues afin de s'ajuster à l'évolution de la demande de services. Les seules restrictions imposées aux associations sont de maintenir leurs pratiques dans le cadre général de leur mission d'origine. Mais à l'intérieur de ces balises, elles sont libres d'innover et d'expérimenter de nouvelles pratiques davantage adaptées aux spécificités des personnes et des communautés qu'elles desservent. Plus important encore, ces arrangements financiers et politiques ne sont pas soumis aux appareillages de contrôle des grandes bureaucraties publiques (...) (Jetté, 2007, p. 91)

A partir da década de 80 há uma relativa institucionalização dos grupos comunitários, neste momento que várias iniciativas, tanto governamentais quanto comunitárias, vão estabelecer o “*quartier*” como território de referência, e ao “*quartier*” se unirá o “*arrondissement*” (Germain *et al.* 2004).

Após a eleição de 1986 o governo de Montreal implementou uma política que visava a democratização da gestão municipal, esta política se articulava em torno da criação de *Comités Conseil D'Arrondissement* (o *arrondissement* cobre de 3 a 5 *quartiers*, esta foi uma nova forma de dividir o território concebida em uma perspectiva de descentralização de serviços) e de um *Bureau de Consultation Publique* – que virão a ser utilizados, por exemplo, para sondar a opinião dos cidadãos e dos grupos organizados sobre a elaboração do primeiro plano de urbanismo da cidade. (Germain *et al.* 2004).

O primeiro passo para a criação de uma governança local foi feita com a criação das Corporações de Desenvolvimento Econômico Comunitário (CDEC). (Germain *et al.* 2004). Os promotores do desenvolvimento local formularam respostas práticas na escala dos *quartiers* urbanos. Eles recorreram a uma parceria com os poderes públicos, com o meio empresarial, com os sindicatos e com os atores do meio comunitário, estabelecendo *tables de concertation* e criando as CDEC. Tudo isso os levou a apelar aos programas governamentais de ajuda à formação da mão-de-obra e a instituir fundos de Investimentos mantidos pelo Estado – em parceria com o meio sindical – para impulsionar empresas e projetos (especialmente projetos de economia social) (Fontan *et al.*, 2006).

As organizações comunitárias participaram na implementação destas Corporações de Desenvolvimento Econômico Comunitário – CDEC, com o objetivo de contribuir na resolução dos problemas de desemprego e de estagnação econômica nos antigos “quartiers” industriais de Montreal e fazer frente às consequências da desindustrialização e da terceirização da economia (Fontan *apud* Hamel, 1995).

As primeiras CDEC foram criados em três *quartiers* periféricos de Montreal duramente atingidos pela deterioração econômica e social. Estes *quartiers* apresentavam as mais altas taxas de desemprego e de fechamento de indústrias em relação ao conjunto da população. Ao mesmo tempo, no entanto, eram nestes *quartiers* que tinham sido implantados os primeiros comitês de cidadãos ainda no início dos anos 60 (Hamel, 1995).

Contra todas as expectativas, estas mobilizações suscitaram um novo dinamismo social nestes *quartiers* e contribuíram a recolocar o debate sobre as prioridades do desenvolvimento econômico e as formas de desenvolvimento urbano. Estabelecendo alianças e uma *concertation* com os sindicatos, com os empresários e com os representantes políticos de diferentes instâncias governamentais, os líderes destes grupos foram capazes de propor uma visão social do desenvolvimento local e do desenvolvimento urbano (Hamel, 1995).

O modelo inicial das CDEC tal como surgiu em 1984 em Montreal foi um produto de um movimento popular que revelou uma dinâmica nova e uma maneira igualmente nova de fazer avançar as demandas de democratização e de *empowerment*. Além disso, *la concertation constitue en quelque sorte le ferment par lequel il devient possible de pratiquer une intervention de cette nature* (Fontan *apud* Bélanger *et al*, 1992, p. 21).

Assim, as CDEC contituem exemplo de uma nova geração de grupos populares e comunitários que escolheram se apoiar no *partenariat* e na *concertation* para responder aos problemas imediatos e urgentes, mas, também para contribuir na instauração de um modelo de desenvolvimento diferente do providencialismo e do fordismo (Bélanger *et al*, 1992).

Os CDEC têm por missão ajudar na reinserção ao mercado de trabalho dos indivíduos excluídos dele, apoiar as empresas com o objetivo de manter e de criar empregos e mobilizar os atores locais para colocar em prática projetos de desenvolvimento local. Estes organismos favorecem a cooperação dos atores associados, não somente da sociedade civil, mas também do mercado (empresários) e do Estado (diversas instituições públicas que oferecem serviços no local). Os diferentes atores

locais em torno do CDEC partilham um objetivo comum: a revitalização sócio-econômica do território local (Germain *et al.* 2004).

Na década de 80 o crescimento no número de grupos populares e comunitários e sua diversificação constituíram um fenômeno novo e incomparável ao período precedente: entre 1973-1974 e o fim da década seguinte o número deste tipo de organização passou de 138 a 1500 somente na cidade de Montreal. (Bélanger *et al.*, 1992) Além disso, no período de 4 anos, entre 1987 e 1991, o orçamento médio de cada CDEC passou de 200 000\$ à 900 000\$ por ano (Hamel, 1995).

Para Bélanger *et al.* (1992) o significado das CDEC vai além da sua funcionalidade, pois, não seria possível compreender esta nova geração do movimento popular e comunitário sem levar em conta a problemática da *concertation* e do *partenariat* que foi se impondo ao longo dos anos. No plano mais específico do desenvolvimento local, o *partenariat* se torna uma política ministerial, sobretudo em 1990, quando o OPDQ – *Office de planification et de développement du Québec* – aceita financiar as CDEC regularmente, assim como a outros grupos populares (Bélanger *et al.*, 1992).

Conscientes que a exclusão do trabalho leva à exclusão social e política, estes grupos comunitários buscaram um novo campo de ação, ou seja, o campo do desenvolvimento econômico comunitário, vindo a questionar os postulados próprios ao modelo de desenvolvimento dos territórios impostos de cima para baixo. Implementaram uma estratégia de trabalho que privilegiou uma maior comunicação entre os integrantes de um mesmo setor e/ou integrantes de outros setores (privado, público) (Fontan *apud* Bélanger *et al.*, 1992).

Nos anos 90, entre o conjunto de políticas adotadas a Reforma Coté de 1991 foi sem dúvida a mais importante medida legislativa deste período, transformando consideravelmente o exercício do poder ao implementar instâncias regionais dotadas de verdadeiros poderes. A partir desta regionalização o Estado do Quebec procurou dar resposta aos efeitos perversos do Estado-providência: a centralização excessiva, a demasiada burocracia, a carência democrática. Enraizadas nas comunidades, funcionando a partir de instâncias de participação cidadã, desdobrando suas atividades nos planos local e regional, as organizações comunitárias desfrutaram desta vitória política e de financiamento, que veio a responder a várias de suas reivindicações desde a década de 70, pois, finalmente, reconhecia suas práticas e passava a generalizar as relações *partenariales* que elas já vinham experimentando ao longo dos anos 80 (Jetté, 2007).

No caso do Quebec pode-se destacar a transversalidade do social e do econômico no desenvolvimento:

Ce qui permettait cet arrimage relevait surtout de la gouvernance. Une façon de faire qui semble appropriée, l'échelle locale, semble à avoir une pertinence, contrairement à une gouvernance hiérarchique et centralisée. Au cours des dernières années, il est apparu, au Québec comme ailleurs dans le monde, que le développement local communautaire et l'économie sociale émergente étaient généralement parties prenantes d'une même démarche misant sur la démocratie, le partenariat et la prise en main des collectivités locales (*empowerment*) (BOUCHARD, *et al.* 2005, p. 25).

Estas novas modalidades fazem apelo ao engajamento de pessoas e de comunidades – ao contrário do mercado – e reivindicam relações mais horizontalizadas – diferentemente das hierarquias presentes no universo privado ou mesmo no Estado. Estas novas modalidades que apostam no engajamento e na horizontalidade são as associações, as alianças, as redes e o *partenariat*.

Assim, há uma reconfiguração das relações entre o social e o econômico diferente da do modelo keynesiano, que colocaria a ênfase no desenvolvimento econômico e, só então, no desenvolvimento social, este último sendo pensado em termos de redistribuição e de despesas. Mas neste modelo de desenvolvimento *partenarial* o social não é somente um *output*, ele é *input*, ou seja, faz parte do processo; as iniciativas no domínio do desenvolvimento social – por exemplo, uma melhora na qualidade de vida ou no ambiente de uma comunidade pode melhorar o rendimento do comércio local – podem vir a impulsionar o desenvolvimento econômico (Lévesque, 2001a).

Afirma Lévesque que esta redefinição do social e do econômico é mais do que simplesmente uma reconfiguração de suas relações, pois,

Désormais et de manière tendancielle, l'économique ne peut plus être définie exclusivement en termes marchands puisqu'il fait appel non seulement au marchand mais également au non marchand et au non monétaire (économie substantive dans le sens de Polanyi ou encore économie plurielle). En termes de régulation et de gouvernance, le mécanisme de la concurrence est complété par de nombreuses formes de coopération qui relèvent du social. Par suite, le social ne peut plus être défini exclusivement comme un coût ou une dépense sociale puisque désormais il constitue un capital social, un investissement, une source d'avantages comparatifs, un lieu d'investissement favorisant un retour élevé sur investissement (Lévesque, 2001a, p. 14-5)

Esse procedimento *partenarial* conduz a um processo de socialização ou de integração à sociedade e também à aprendizagem de competências democráticas (Blanc *apud* Sénécal *et al.* 2008).

Ao longo do tempo, estas instâncias se tornam lugares de aprendizagem e identidade coletivas de tal maneira que permitem a constituição de um patrimônio imaterial, ou mesmo, de um capital social. Mas isso supõe, evidentemente, que se aceite

“perder” tempo para deliberar e que se invista na formação de administradores e de profissionais para assegurar o processo (Lévesque, 2001a).

Le développement régional tel que nous l’entendons aujourd’hui a très peu à voir avec celui des années 1960-1980. Il participe d’une autre approche, une approche qui ne repose plus sur le couple État-Marché mais sur un ménage à trois État-Marché-Société civile, une approche qui ne mise plus sur la hiérarchie et la centralisation mais sur le partenariat, la décentralisation, les réseaux. Sous cet angle, le local et le régional et le mondial s’inscrivent dans une autre configuration du développement, d’autres rapport entre l’économique et le social, d’autres modes de régulation et de gouvernance. (Lévesque, 2001a, p.18 )

Para Vaillancourt e Favreau (2000) o exame atento das práticas dos movimentos sociais quebequenses e das políticas sócio-econômicas do governo do Quebec a partir da metade dos anos 90 permitiu constatar a emergência de uma nova geração de organizações e de instituições ligadas diretamente ao desenvolvimento da economia social. Esta nova geração seria fruto de uma combinação ou de um cruzamento entre a mobilização da sociedade civil e a vontade de reforma de certos setores sociais do Estado do Quebec (Vaillancourt *et al.*, 2000).

Para Hamel, embora os CDEC não constituam se não uma forma organizacional particular que os movimentos urbanos tomaram em certa época dada da história de Montreal, esta forma foi reveladora, de um lado, de sua capacidade de adaptação e de outro, da transformação dos processos econômicos e urbanos pelos quais passava a cidade. O autor ainda afirma que, neste sentido, pode-se considerar que os movimentos urbanos são reveladores de novos conflitos que marcam as relações sociais com o território e às quais a classe política não soube dar respostas satisfatórias de um ponto de vista social.

### **3. Estudo de caso: Parole d’excluEs**

Patrice Rodriguez é o fundador e coordenador de Parole D’excluEs, sua ideia de começar um movimento que luta contra a pobreza e a exclusão começou em 2003, quando suas interrogações o levaram a viajar e a conhecer experiências de superação destas condições na própria província do Quebec, mas também em países como a Argentina e o Brasil. Para difundir sua experiência foi feito o documentário de mesmo nome em 2005. O documentário foi feito para suscitar o debate não só em torno da pobreza e da exclusão, mas, principalmente com o objetivo de mostrar as alternativas de resposta a elas. Assim foi feita a exibição do filme em circuitos onde poderia haver

debates após a sua apresentação... Por isso, o filme não é disponibilizado, pois segundo Rodriguez, o filme é para ser visto coletivamente e para ser debatido depois.

Após mais de 25 anos participando de diferentes ações e reflexões em torno da luta contra a pobreza e a exclusão social, Rodriguez afirma que a exclusão social é produto de sociedades onde há desigualdades, ou seja, não é uma característica individual, consiste em um processo de privação. Parole d'ExcluEs define assim a exclusão social:

comme le processus qui prive les personnes et les collectivités de l'exercice réel de leurs droits, des moyens et des ressources pour exercer ces droits dans tous les domaines de la vie (civiques, politiques, sociaux, économiques et culturels). Elle découle d'une forme spécifique d'organisation de la société et des choix portés par nombre des acteurs, des organisations et des institutions qui la composent. (Fontan et Rodriguez, 2010, p. III)

Formalmente fundado em 2006 *Parole d'excluEs* é um movimento ambicioso, estabelecido localmente, mas, que tem pretensões que vão muito além do quartier "s'est progressivement transformé em um mouvement où l'on se mobilise pour la dignité e pour mettre fin à l'exclusion sous tous ses formes." Na citação abaixo, onde o movimento *Parole d'ExcluEs* expõe seus princípios, é possível perceber esta sua ambição mais global:

- Oeuvrer à la construction d'une société inclusive, favorise la justice économique et l'accès à l'éducation ainsi que l'exercice plein et entier de la citoyenneté et le respect de l'environnement
- Être une organisation vouée à lutter contre toutes les formes d'exclusion sociale
- Être une organisation autonome, indépendante de tout parti politique, de l'État et de toute autre organisation
- Rechercher des partenariats avec les forces vives qui partagent ses valeurs
- Enraciner sa pensée et ses actions au Québec. Dans un monde globalisé d'où elle est issue, elle tisse des liens étroits avec d'autres organisations, autant dans les Amériques que dans le monde. (In <http://www.arrondissement.com/montreal/paroledexclues?division=9>)

A partir de 2006 começa uma parceria entre *Parole d'ExcluEs* e a *Société d'habitation populaire de l'est de Montréal* (SHAPEM) – esta última tem como objetivo a revitalização territorial a partir da habitação social – assim, surgiu a oportunidade de uma intervenção mais concreta em dois bairros Montréal-Nord e Hochelaga-Maisonneuve. Enquanto SHAPEM se ocupa da gestão imobiliária de 112 habitações na Av. Pelletier em Montréal-Nord e de 78 situadas no antigo estacionamento da Biscuiterie Viau em Hochelaga-Maisonneuve, *Paroles d'excluEs* se ocupa da mobilização cidadã. Rodriguez deixa claro o que quer dizer com mobilização cidadã:

Tout le monde parle de mobilisation, c'est un mot à la mode et tout le monde parle d'empowerment. Moi quand les gens utilisent ces termes sans les définir, je ne sais pas ce que ça veut dire. Parce que cela peut devenir des mots fourre-tout, alors nous au moins on s'est entendu ici pour dire que **quand on parle de**

**mobilisation, c'est une action qui vise la transformation sociale.**[GRIFO MEU] (Chamberland et Rodriguez, 2009, p. 127)

A ideia principal da intervenção foi a de que ao invés de se instalar nos *quartiers* com um projeto já pronto e tentar cooptar os residentes para a importância da causa por eles defendida, eles primeiro buscaram perguntar aos residentes o que eles mesmos poderiam fazer para se ajudarem. Rodriguez afirma em entrevista que o trabalho de Parole d'Exclues seria o de "*les assister dans leurs démarches et de les aider à retrouver le pouvoir d'agir sur leur vie*" (Tremblay, 2009):

O projeto piloto realizado em Ilôt Pelletier começou com três grandes objetivos:

1. Oferecer uma habitação adequada, segura e econômica, nos quadros de uma habitação social;
2. Promover nos locatários da SHAPEM um sentimento de pertencimento favorecendo a apropriação dos imóveis e de seu entorno;
3. Mobilizar os locatários e sua vizinhança estimulando-os a fazer uso da palavra, e oferecendo o acesso a um local comunitário.

O Projeto Piloto começa em Ilôt Pelletier em Montréal-Nord, os moradores se interessam pelo projeto, principalmente, atraídos pela questão da habitação. Mas nos primeiros encontros as discussões já se ampliam e já começam a aparecer outras preocupações, como, por exemplo: como mudar a imagem que o *quartier* tem ligada a gangs e a criminalidade?

Um dos meios encontrados para mobilizar as pessoas foi a criação da Accorderie, que é um sistema econômico não monetário de troca de serviços, onde a moeda de troca é o tempo e não o dólar. Patrice Rodriguez explica a razão de ser da Accorderie:

J'étais en contact avec l'Accorderie de Québec, un projet développé par la Caisse d'économie solidaire et la Fondation St-Roch. À un moment donné, en discutant avec la présidente, on s'est rendu compte que l'Accorderie correspondait très bien à notre vision de la mobilisation. En plus de la philosophie, cela devenait, une façon concrète, facile à expliquer et à s'approprier pour le plus de monde possible. Donc, c'est hyper simple quand on commence à expliquer aux gens comment fonctionne l'Accorderie, la logique des réseaux d'échanges, de services, de savoirs, etc. Et pour nous, c'était un peu notre cheval de Troie, voilà comment on va briser l'isolement, faire sortir les gens de chez eux, les inviter au local, créer des liens, faire émerger la prise de parole et des projets collectifs, etc. On a tout de suite une proposition concrète pour nommer ce qu'est la mobilisation. (Chamberland et Rodriguez, 2009, p. 133)

A parceria com a universidade se formalizou a partir da criação da Incubadora Universitária Parole d'Exclues (IUPE) que a partir da necessidade sentida pelo *Comité promoteur de l'îlot Pelletier*, realizou um trabalho chamado de *Étude sur les besoins et les aspirations des résidents de l'îlot Pelletier*, justamente para compreender melhor as necessidades dos residentes. O estudo girava em torno de quatro questões principais: o

que as pessoas apreciavam em seu *quartier*, quais os problemas que elas identificavam, quais os principais problemas vividos individual ou coletivamente e, por fim, quais as possíveis alternativas a estes problemas.

Sobre o resultado da pesquisa os autores afirmam que foram animadores, pois, a população consultada mostrou ter uma visão clara do *quartier* que ela deseja, ser consciente das dificuldades e problemas que enfrentam e ainda apresentou propostas de projetos e de alternativas, nos quais se mostra pronta a atuar (Fontan *et* Rodriguez, 2009).

A pesquisa apontou as seguintes prioridades: a economia, o emprego e a luta contra a pobreza, o meio-ambiente, a segurança urbana e as relações interculturais e intergeracionais. O relatório da pesquisa identificou também, ao menos, três níveis de responsabilidade:

- Un premier niveau, dit de proximité, concerne les citoyens et les citoyennes :
- Prendre sa place dans un quartier par une communication plus ouverte, une cohabitation plus solidaire;
- Occuper et prendre en main son quartier;
- Se réappropriier son identité.
- Un deuxième niveau porte sur des actions collectives à développer localement en mobilisant des acteurs communautaires pour un petit journal local; des logements sociaux; un écoquartier; un centre de loisirs pour des jeunes; pour maintenir les lieux de pratiques sportives; pour obtenir des places dans des services de garde.
- Un troisième niveau de responsabilité porte sur des actions relevant de ressources moins locales, de nature communautaire et gouvernementale : améliorer le transport, la sécurité routière, l'accessibilité aux loisirs, l'offre de services, diminuer la pollution sonore, agir sur les conditions économiques : offre de logements sociaux, aménagement par le verdissement (parcs, rues, etc.), et des programmes de rénovation, agir sur l'emploi : reconnaissance des acquis et des diplômes, accessibilité à des emplois décents, améliorer l'arrimage avec les services publics. (Fontan et Rodrigues, 2009, p. 27)

Para Rodriguez Parole d'ExcluEs é um dispositivo social a serviço da comunidade que para atingir os objetivos que se propõe se mobiliza em torno de 4 elementos (*apud* Chamberland et Rodrigues, 2009):

1º A aliança entre Parole d'excluEs e la SHAPEM para oferecer habitações sociais de qualidade, constituindo o primeiro meio de melhorar a qualidade de vida dos locatários;

2º Coloca a disposição da população do *quartier* um espaço comunitário, a própria sede de Parole d'ExcluEs, inaugurada em 2008, em um dos imóveis da SHAPEM.

3º A implementação e funcionamento da *Accorderie*, pois, esta age diretamente sobre as condições de vida de seus membros, permitindo também, o desenvolvimento de projetos coletivos, como a formação de Groupes d'Achats ou implementando um sistema de crédito solidário.



4º O acompanhamento de todo o processo de desenvolvimento e de intervenção da SHAPEM e de *Parole d'ExcluEs* – nos dois *quartiers* mencionados – por uma equipe de pesquisadores agrupados em torno da Incubadora Universitária *Parole d'ExcluEs*.

A população local é incentivada a se organizar em torno das prioridades que ela mesmo estabeleceu, assim é criado o chamado *Reagroupement citoyen de Ilô Pelletier*, cujo objetivo é o de se mobilizar, informar e agir no sentido de encontrar soluções sustentáveis para os problemas do *quartier*. Atualmente (pesquisa de campo realizada em 28 de março) ele é formado pelos seguintes comitês :

1. Comitê de Desenvolvimento Sustentável;
2. Comitê Segurança urbana
3. Comitê Relações Interculturais e Intergeracionais
4. Comitê Economia e luta contra a pobreza que é dividido nos subcomitês a seguir : a) Comitê *Garderie* (um tipo de creche) b) Comitê Segurança alimentar c) Grupo de ação pelo emprego.

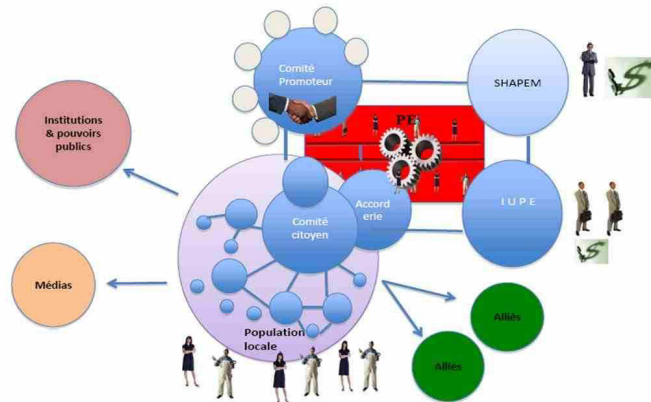
Assim, os atores que integram este projeto de mobilização cidadã são:

- O chamado organismo central *Parole d'excluEs* e seus comitês permanentes;
- A sociedade de habitação comunitária : SHAPEM;
- Os parceiros sociais : os comitês promotores dos dois territórios;
- A *Accorderie* de Montréal;
- Os parceiros da Universidade: a Incubadora Universitária *Parole d'excluEs*;
- As populações locais: *les regroupements citoyens*.

O conjunto das ações desenvolvidas por *Parole d'excluEs* interpelam a interação de três níveis: os cidadãos mobilizados, os parceiros da comunidade e as instituições públicas. Cada nível possui suas instâncias de reflexão e de decisão: o *Reagroupement citoyen*, o Comitê Promotor e um Comitê multisetorial que inclui os representantes dos poderes públicos para facilitar a remoção de obstáculos institucionais e favorecer a realização de suas ações e projetos (Fontan et al, 2010).

No quadro a seguir é possível visualizar seu funcionamento:

Le modèle d'action  
de mobilisation contre l'exclusion sociale par le logement communautaire  
de Parole d'excluEs



Fonte : Fontan *et al*, 2010, s/p.

A organização recebe apoio financeiro para seus projetos de diferentes instituições, como: Caisse d'économie solidaire Desjardins, Emploi-Québec, Fondation Béati, Ministère des Affaires Municipales des Régions et de l'Occupation du Territoire (MAMROT), Ministère du Développement Economique, de l'Innovation et de l'Exportation (MDEIE), Réseau Accorderie. (Blog Parole d'ExcluEs, 2011) Há financiamentos específicos para diferentes projetos.

#### 4. Parole d'ExcluEs: apropriação do território e de práticas democráticas no modelo quebequense

O estudo do caso Parole d'ExcluEs permite visualizar de que forma o modelo quebequense oportuniza as iniciativas locais e quais seus possíveis impactos na qualidade de vida dos residentes e na apropriação que fazem de seu território.

Os atores sociais se engajam em redes cuja ação se concentra ao nível do processo: intervir em um espaço público de deliberação; formar redes e coalisões; institucionalizar as formas e o funcionamento organizacionais; elaborar suas decisões e assegurar sua difusão; propor um horizonte de planejamento do desenvolvimento. Assim, a *concertation* dá um sentido ao espaço do *quartier* ao formular argumentos, ao justificar ações, tudo isso fazendo apelo, quando é relevante, à memória do lugar, a sua história, e propondo linhas de condutas baseadas na ética, no respeito aos direitos e/ou na solidariedade social. A nova representação do *quartier* contribui para a identidade e o sentimento de pertencimento ao local. (Sénécal et al. 2008)

O território como espaço de vida compartilhado é um projeto diferente de outros que têm prazo de validade, pois, permite estabelecer relações entre o curto, o médio e o longo prazo e, igualmente, entre as gerações. A responsabilidade pelo território supõe uma visão de longo prazo de tal maneira que é preciso ser capaz de recusar projetos que à primeira vista pareçam interessantes mais que possam vir a comprometer o futuro das próximas gerações. (Lévesque, 2001a)

A partir da criação de redes sociais e na participação de associações em instâncias de *concertation* na escala do *quartier* que se observa os processos de construção de apropriação pelos atores de seu território ao tratar efetivamente do problemas vividos localmente, ao negociar suas soluções e de recompondo a própria imagem do quartier. Afirmam Sénécal *et al* (2008, p. 192): «*Ce serait donc l'action davantage que la composition ou l'histoire du territoire qui en ferait un quartier, un ensemble d'appartenance reconnu* ». Assim as organizações da sociedade civil inscritas no *quartier*

parviennent à dégager des ententes qui offrent, en tout ou en partie, un horizon de règlement des tensions et des problèmes vécus localement. Dans le contexte qui nous intéresse, ces transactions sociales s'ancrent dans les démarches de concertation et de planification qui portent sur le développement économique, social et communautaire du quartier. Elles ont à voir avec des problèmes qui paraissent souvent difficiles, voire insolubles, comme la lutte à la pauvreté, l'amélioration du cadre de vie et de l'offre de services et d'équipements publics. Elles engagent des organismes issus de la société civile, constitués d'acteurs sociaux en interaction et parfois en opposition, qui entendent donner un sens au quartier, au point de déterminer des actions ayant des effets de contexte, c'est-à-dire qui influent sur le cadre de vie et les situations vécues par les résidents. (Sénécal et al. 2008, p. 193-4)

A lógica territorial apresenta elementos fundamentais, pois, como afirmam Germain *et al* (2004) é sobre esta base que se define as solidariedades, que se estabelece objetivos comuns, é sobre um território que se constrói uma matriz de confiança que atravessa os setores de intervenção e diferentes tipos de organismos.

O *approche* teórico territorial permite pensar a ação coletiva e, termos de relação com o território e de acesso à cidadania. A figura a seguir permite visualizar melhor esta relação :

Figure 1  
L'effet structurant de l'initiative locale



Source: KLEDN, J.-L. (2008) Territoire et développement. Du local à la solidarité interterritoriale. Dans Massicotte, G. (Dir.) *Sciences du territoire : perspectives québécoises*. Québec, Qc. Presses de l'Université du Québec, p.325

Concordar-se-á com Melucci (1997), quando diz que seria ilusório pensar a democracia simplesmente como uma competição por acesso a recursos governamentais. A democracia em sociedades complexas exige condições que permitam aos indivíduos e aos grupos sociais de se afirmarem e de serem reconhecidos pelo que eles são ou pelo que eles gostariam de ser. Ela exige condições que facilitem o reconhecimento e a autonomia de projetos individuais e coletivos de produção de sentido na vida cotidiana.

As condições necessárias a uma tal democracia, continua Melucci (1997), incluem espaços públicos independentes de instituições governamentais, de sistema de partidos e de estruturas estatais. Estes espaços tomam a forma de um sistema articulado de tomada de decisão, de negociação e de representação, nos quais as práticas desenvolvidas na vida cotidiana possam se exprimir e ser compreendidas independente de instituições políticas formais.

Após a apresentação destes elementos, cabe a pergunta: o que muda na relação dos cidadãos com seu *quartier* no caso estudado?

Desde o surgimento da mobilização em torno de Parole d'excluEs, afirmam Fontan *et al* (2011) os cidadãos do Projeto Piloto organizaram-se e já realizaram várias ações concretas para melhorar suas condições e a de seu entorno, como por exemplo :

- formação de um Groupe d'Achat para lutar contra a insegurança alimentar;
- implantação de um boletim de informação cidadã;

- desenvolvimento de mais de 700 trocas de serviços entre os 350 membros da Accorderie;
- trabalho coletivo de limpeza de ruas, organização de festas no quartier (chamadas *Les Voisineries*);
- realização de diálogos com a administração pública para fazer avançar suas prioridades;
- atividades com o objetivo de exigir o oferecimento de habitações sociais para famílias numerosas;
- realização de reuniões informativas e preparatórias dos cidadãos para uma consulta pública sobre o *Plan d'aménagement de l'arrondissement Montréal-Nord*;
- trabalho em torno da criação de uma Garderie no local;
- mobilizações para obtenção de recursos financeiros para a realização de seus projetos, entre outras...

O conjunto de fontes, o trabalho de campo e várias publicações ligadas a Parole d'excluEs, permite dizer que esta organização é inscrita territorialmente, mas seus objetivos, princípios e ação são muito mais ambiciosos, contemplam questões muito mais amplas, extrapolando os limites do *quartier*. Desde seu início, embora utilizasse como ponto de partida a realidade local, seus questionamentos já discutiam o fato de que exclusão e pobreza não são o resultado de fracassos individuais ou de um fenômeno natural, mas o resultado de sociedades desiguais :

Par conséquent, cette situation peut être transformée. Cette conviction s'est développée à partir d'une idée centrale: la lutte contre l'exclusion doit impliquer les personnes directement concernées. [...] l'exclusion est associée à tout processus qui prive les personnes et les collectivités de leurs droits, des moyens et des ressources pour exercer ces droits, et ce, dans tous les domaines de la vie: civique, politique, sociale, économique et culturelle. [...]. Elle n'est ni un phénomène naturel ni un processus inévitable et inéluctable. Elle découle d'une forme particulière d'organisation de la société et de choix faits par des instances sociales, publiques et privées. Ces choix, selon Parole d'excluEs, peuvent être inversés. (Fontan et al, 2011, s/p.)

Assim, como a própria criação e funcionamento da Incubadora Universitária Parole d'excluEs demonstra que não se trata somente de uma iniciativa local fechada nela mesma, há uma preocupação em registrar e documentar todo o processo, assim como o de teorizar, problematizar e difundir suas conquistas, seus obstáculos e seus desafios, com um objetivo pedagógico de poder também ajudar outras iniciativas, e não são poucas as produções visando a difusão deste processo, vide nas referências toda a bibliografia e atividades ligadas a IUPE. O vídeo feito em 2005 e que teria sido um importante

motivador para Parole d'excluEs continua sendo exibido com o objetivo de continuar as discussões e reflexões sobre o assunto.

As críticas que geralmente são feitas às organizações comunitárias de que seriam muito utilitaristas e pragmáticas, procurando resolver apenas questões pontuais de seus próprios *quartiers*, como aponta Germain et al :

[...] si l'on tente d'apprécier les effets de la territorialisation des organismes communautaires, on notera qu'elle a induit un certain pragmatisme lié au fait de traiter de problèmes locaux concrets. Mais cette territorialisation peut comporter deux pièges. Dans la mesure où elle incite les organismes communautaires à promouvoir la défense du territoire local, elle peut conduire, avec le temps, au développement d'une identité de repli, ou si l'on veut à une forme de localisme. D'un autre côté, les organismes sont accaparés par des problèmes locaux en nombre croissant et ont en corollaire bien du mal à se «délocaliser» pour formuler des enjeux de société. Au total, le secteur communautaire s'avèrerait éminemment post-moderne: il pratiquerait le «je, ici, maintenant» plutôt que le «nous, dans le monde, demain» (Germain et al., 2004, p. 136)

Estas críticas não parecem se aplicar a Parole d'excluEs que procura associar em suas iniciativas, sempre que possível, uma visão mais ampla da sociedade, como no caso, por exemplo, do projeto chamado « *La Voisinerie: une place verte pour la parole citoyenne* » um projeto cuja subvenção é de 500 000 \$ e vêm do *Plan d'action sur les changements climatiques (PACC)* intitulado «*Le Québec et les changements climatiques, un défi pour l'avenir*» (vide anexo). Nos discursos de lançamento do Projeto estavam presentes políticos locais como o Maire de Montréal-Nord, a deputada de Bourassa-Sauvé e atual ministra da Educação, do lazer e do esporte, Line Beauchamp em todos os discursos tanto das autoridades quanto dos residentes houve a menção ao aquecimento global e a importância de áreas verdes para a sobrevivência e a qualidade de vida no Planeta. Obviamente não deixaram de mencionar a importância do Projeto para a comunidade local que ganha um espaço verde, de lazer e que favorece a segurança urbana.

Assim, asseveram Klein et al. (2010), a luta territorial contra a pobreza e a exclusão deve contar com a presença forte do Estado, mas esta deve ser flexível, adaptável as realidades locais, deve favorecer as ações em rede que possibilitam a diversificação dos projetos e a aproximação dos atores de diversos níveis, afinal, se a pobreza e a exclusão resultam de uma série de fatores, as alternativas para sair delas devem combinar também diversos tipos de ação.

## À guisa de conclusão

O modelo de desenvolvimento quebequense apresentaria, ao menos, dois momentos com características bem marcantes, o primeiro associado mais ao Estado-providência e ao modelo fordista e o segundo que poderia ser qualificado como *partenarial*, marcado por uma governança partilhada.

A partir da crise dos anos 80 o modelo fordista teria sido posto em xeque principalmente pelos movimentos sociais que criticavam, neste modelo, seu desenvolvimento centralizado e hierarquizado e sua ausência de práticas democráticas. Neste momento o setor associativo se torna um ator central na exigência de vias alternativas tanto ao providencialismo quanto ao liberalismo.

Assim, se nos anos 70 o setor associativo era submisso à vontade do Estado-providência, nos anos 80 e 90 muitas mudanças vão configurar uma relativa institucionalização dos organismos comunitários e o estabelecimento de novas regras entre estes e o Estado.

Neste novo modelo, destaca Lévesque (1999), o Estado é visto como um parceiro e a chamada *concertation* teria sido exigida para valorizar a sociedade civil e a democracia social e criar um espaço público que possibilitasse a formulação e implementação de políticas públicas.

A partir de 2003, quando assume o poder no Quebec um partido de orientação neoliberal muitas questões foram colocadas em dúvidas sobre a continuação deste modelo *partenarial* e alguns autores acreditam que o modelo quebequense caminha para um modelo do tipo neoliberal, conduzindo a uma governança mais competitiva e ligada ao mercado. Mas o que se assiste atualmente é que, embora, o partido de orientação neoliberal, tenha criado alguns obstáculos à autonomia das organizações da sociedade civil, estas parecem ainda apresentarem uma grande vitalidade para continuar atuando de forma participativa e democrática na orientação e nas práticas da política quebequense, o que parece vir a ser confirmado pela própria atuação de Parole d'excluEs, a organização comunitária abordada neste estudo.

Parole d'excluEs é uma organização comunitária que surge exatamente após esta virada neoliberal do governo quebequense, mas que apresenta em seu desenvolvimento e atuação a apropriação de várias das características do modelo de desenvolvimento quebequense *partenarial* com relações horizontalizadas que partem da realidade local do *quartier*, da *concertation* como estratégia e prática de suas reivindicações, mas cuja

ambição, talvez tenha ido além do próprio modelo mostrando sua preocupação e abordando questões que vão muito além do território local.

Se para Germain *et al* (2004) em citação do último capítulo afirmam que os organismos comunitários parecem caminhar em uma direção pós-moderna, praticando sobretudo o «*je, ici, maintenant*» este estudo, pelo contrário, parece indicar que Parole d'excluEs vai cada vez mais em direção ao «*nous, dans le monde, demain*».

Há ainda várias questões que mereceriam um maior aprofundamento neste estudo, afinal esta discussão do modelo quebequense vem sendo feita já há algumas décadas, mas não se tinha a intenção de esgotar o tema, pelo contrário, a idéia de escrever o estudo é a de contribuir com mais alguns elementos neste debate.

---

## Referências

### Sobre Parole d'excluEs

- BOISVERT F., FONTAINE C., FONTAN, J.-M, KLEIN, J.-L, MATHIEU, R. et RODRIGUEZ, P. 2009. *Portrait d'initiatives québécoises de recherche ayant utilisé une méthode dite d'enquête citoyenne*. Cahier de l'ARUC (C-15-2009-ÉS)
- FONTAN, J.-M, PIGEON, M.J., RODRIGUEZ, P., TROTTIER, S., et SCHENDEL, V. 2010. Le modèle d'action de mobilisation contre l'exclusion sociale par le logement communautaire de Parole d'excluEs - Rapport remis à la Direction de l'innovation et du transfert du ministère du Développement économique, de l'Innovation et de l'Exportation.
- FONTAN, J.-M, RODRIGUEZ, P., TROTTIER, S., et SCHENDEL, V. 2011. Parole d'excluEs, une approche innovante en matière de lutte contre l'exclusion sociale et la pauvreté. In *Revue Vie Economique*. Vol. 1, nº 4 In [http://iupe.files.wordpress.com/2010/03/rve\\_vol1\\_no4\\_fontan\\_et\\_al\\_corrigezf.pdf](http://iupe.files.wordpress.com/2010/03/rve_vol1_no4_fontan_et_al_corrigezf.pdf) acessado em 4 de março de 2011.
- FONTAN, J.-M, RODRIGUEZ, P. 2009. *Étude sur les besoins et les aspirations des résidents de l'îlot Pelletier - Synthèse des recherches effectuées : Similitudes et différences des différents acteurs rencontrés*. Cahier de l'ARUC-ÉS (C-02-2009)
- RUELLAND, I., RODRIGUEZ, P. et SCHENDEL, V. 2007., *La lutte contre l'exclusion à travers des expériences au Québec, au Brésil et en Argentine : Bilan de la tournée du film Parole d'excluEs*. Cahier de l'ARUC-ÉS (C-13-2007).
- CHAMBERLAND, M.; RODRIGUEZ, P. 2009. Réfléchir au développement du pouvoir d'agir des personnes et des collectivités à partir d'une initiative sociale: Parole d'excluEs – Entrevue avec Patrice Rodriguez. In *Passarellas : Cahier de recherches e d'initiatives sociales sur le développement du pouvoir d'agir des personnes e des collectivités*. Vol. 1. Nº 1, juin 2009.
- GAGNON, K. L'héritage d'Yves Ryan. La Presse - 23 janvier 2009
- TOUZIN, C. Les deux bronx de la métropole. La Presse - 23 janvier 2009
- TREMBLAY, M. Quand logement social rime avec action collective. *Nouvelles Hochelaga-Maisonneuve*, no. Vol: 2 No: 49. Actualités, mardi, 8 décembre 2009, p. 7

### Sites web e blogues

- Blog Parole d'ExcluEs : <http://paroledexcludes.site11.com/> acessado em 2 de abril de 2011.



- Blog Incubateur universitaire Parole d'excluEs : <http://iupe.wordpress.com/>
- Blog Arrondissement  
<http://www.arrondissement.com/montreal/paroledexclues?division=9>

**Publicações ligadas a Incubadora Universitária Parole d'ExcluEs – IUPE :**

**2011**

Rapport de recherche de type revue de la littérature : la recherche-action participative, le croisement des savoirs et des pratiques et les incubateurs technologiques de coopératives populaires : David Longtin.

Rapport de recherche sur la question de la mixité sociale en contexte de milieu urbain défavorisé : Gabrielle Leclerc-André.

Rapport de recherche sur l'étude réalisée pendant l'été 2009 sur les besoins et les aspirations de la population du secteur de l'ancienne biscuiterie Viau (Hochelaga-Maisonneuve) : Maxime Boucher, François Desrochers, Lise Guignet, David Longtin, Marie-Claire Larocque, Jérôme Ravard. Étude ancienne biscuiterie Viau – 2009

**2010**

Présentation du modèle d'action de Parole d'excluEs. Rapport Modèle d'action

Rapport de recherche sur les mobilisations citoyennes accompagnant des processus de développement local ou de revitalisation socioterritoriale. Le rapport a été produit par François Boisvert, Carmen Fontaine, Jean-Marc Fontan, Juan-Luis Klein et Réjean Mathieu. Rapport Boisvert : méthode enquête citoyenne

**2009**

Rapport de recherche sur l'étude réalisée pendant l'été 2008 sur les besoins et les aspirations de la population de l'îlot Pelletier situé à Montréal-Nord. Étude Pelletier – 2009

Rapport de recherche sur la coopérative La Clé des Champs réalisée en 2008-2009. Le rapport a été produit par Myriam Beaudry, Jean-Marc Fontan et Patrice Rodriguez. Rapport Beaudry : Coop Clé des Champs – 2009

Rapport de recherche sur les responsabilités impliquées suite à un incendie majeur dans un édifice à logement. Étude réalisée dans le cadre du dispositif uqamien Pro Bono UQAM. L'étude fut complétée par Chloé Dansereau-Bordeleau et Rebecca Michaele Daniel. Étude Pro Bono – 2009

**2008**

Les expériences de lutte à l'exclusion en Argentine, au Brésil et au Québec : bilan de la tournée du film Parole d'excluEs. Bilan tournée du documentaire – 2008

**Referências**

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In Revista Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

BACQUÉ, M.-H. 2006. « Action collective, institutionnalisation et contre-pouvoir : action associative et communautaire à Paris et à Montréal », Espaces et sociétés 1/2006 (no 123), p. 69-84.

BELANGER, P. R., LÉVESQUE, B. 1992. "Le mouvement populaire et communautaire: de la revendication au partenariat (1963-1992)". In DAIGLE, G., ROCHER, G. Le Québec en jeu. Comprendre les grands défis. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1992, 812

BOUCHARD, M., LÉVESQUE, B. et ST-PIERRE, J. 2005. « Modèle québécois de développement et gouvernance : entre le partenariat et le néolibéralisme ? ». Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET0505).

BOURQUE G. L., LÉVESQUE, B. 1999. «Le modèle québécois en question». Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET9910)

- COMEAU, Y., FAVREAU, L. 1999. Développement économique communautaire: une synthèse de l'expérience québécoise. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ES0909).
- FAVREAU, L. 1995. Repenser le mouvement communautaire dans une perspective d'économie solidaire: une hypothèse de renouvellement de la problématique et de la politique du développement communautaire et de l'économie sociale au Québec. Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET9505).
- FAVREAU, L. 2003. Développement des territoires: nouvelle approche du développement régional? Chaire de recherche du Canada en développement des collectivités (CRDC). Série Développement régional no. 1. Université du Québec en Outaouais. Mars 2003
- FAVREAU, L. 2005. Qu'est-ce que l'économie sociale ? Synthèse introductive. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET0508).
- FONTAN, J-M, J-L KLEIN et D-G TREMBLAY. 2001. «Mobilisation communautaire et gouvernance locale». Politique et société, vol. 20, Nos 2-3, 2001, p.
- FONTAN, J.-M., HAMEL, P., MORIN, R., SHRAGGE, E. 2006. « Le développement local dans un contexte métropolitain : la démocratie en quête d'un nouveau modèle ? » Politique et Sociétés, vol. 25, n° 1, 2006, p. 99-127.
- GERMAIN, A. MORIN, R. et SÉNÉCAL, G. 2004. « L'évolution du mouvement associatif montréalais : un retour au territoire programmé par l'État ? » Lien social et Politiques, n° 52, 2004, p. 129-138. <http://id.erudit.org/iderudit/010595ar>
- HAMEL, Pierre. 1995. « Mouvements urbains et modernité : l'exemple montréalais », Recherches sociographiques, vol. XXXVI, no 2, pp. 279-305.
- HAMEL, Pierre, MAHEU, Louis et Jean-Guy VAILLANCOURT. 2000. « Repenser les défis institutionnels de l'action collective », Politiques et Sociétés, vol. 19, no 1, pp. 3-25.
- JETTÉ, C. 2007. « La reconnaissance du secteur associatif par l'état québécois », Informations sociales 7/2007 (n° 143), p. 88-96.
- KLEIN, J.-L, FONTAN, J.-M, HARRISON, D., LÈVESQUE, B. 2009. L'innovation sociale au Québec: un système d'innovation fondé sur la concertation. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET0907).
- KLEIN, J.-L, FONTAN, J.-M, HARRISON, D., LÈVESQUE, B. 2009. *L'innovation sociale au Québec*. Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET0907).
- KLEIN, J.-L, FONTAN, J.-M, SAUCIER, C. TREMBLAY, D.-G, TREMBLAY, P.-A, SIMARD, M. 2010. Les conditions de réussite des initiatives locales de lutte contre la pauvreté et l'exclusion qui mobilisent des ressources de l'économie sociale. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET1002).
- LÈVESQUE, B., L. BOURQUE G. et VAILLANCOURT, Y. 1999. Trois positions dans le débat sur le modèle québécois. In Nouvelles pratiques sociales, vol. 12, n° 2, 1999, p. 1-10.
- LÈVESQUE, B. 2001a. Le développement régional et local, avant et après la mondialisation. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET0116)
- LÈVESQUE, B. 2001b. Le modèle québécois : Un horizon théorique pour la recherche, une porte d'entrée pour un projet de société? Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET0105).
- LÈVESQUE, B. 2001c. Le partenariat: une tendance lourde de la nouvelle gouvernance à l'ère de la mondialisation: enjeux et défis pour les entreprises publiques et d'économie sociale. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET0104)

- LÉVESQUE, B. 2004. « Le modèle québécois et le développement régional et local : vers un néolibéralisme et la fin du modèle québécois ? » Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET0405)
- LÉVESQUE, B. 2006. « Le potentiel d'innovation et de transformation de l'économie sociale : quelques éléments de problématique » Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET0604)
- LIAUZU, Claude. 1989. « Crises urbaines, crise de l'État, mouvements sociaux ». In Liauzu, C. (dir.) *État, ville et mouvements sociaux au Maghreb et au Moyen-Orient*, Paris: L'Harmattan, pp.23-41.
- MELUCCI, A. 1991 « Qu'y a-t-il de nouveau dans les 'nouveaux mouvements sociaux' ? » in Aheu, L. et Sales, A., (dirs.), *La recomposition du politique*, Montréal, Les Presses de l'Université de Montréal, pp. 129-162.
- MELUCCI, A. 1997 . Identité et changement : le défi planétaire de l'action collective. In *Au-delà du néolibéralisme : quel rôle pour les mouvements sociaux ?* (Sous la direction de Klein, J.-L., Tremblay, J.-L. et H. Dionne) Sainte-Foy, Qc. Presses de l'Université du Québec, 1997, pp : 9-20
- OLSON, Mancur (1978) *La logique de l'action collective*, Paris, Presses universitaires de France.
- ROBERT, Paul. *Le nouveau Petit Robert: dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Montreal: Dictionnaires Le Robert, 1995.
- ROUILLARD, J. "La Révolution Tranquille, Rupture ou Tournant ?" *Journal of Canadian Studies/Revue d'études canadiennes*, vol. 32, 4 (hiver 1998), pp. 23-51.
- SÉNÉCAL, G., CLOUTIER, G., HERJEAN, P. 2008. « Le quartier comme espace transactionnel : l'expérience des Tables de concertation de quartier à Montréal ». *Cahiers de géographie du Québec*, vol. 52, n° 146, 2008, p. 191-214.
- SÉCHET, R. 1998., « Des espaces de pauvreté aux terres d'exclusion : Dix ans de géographie sociale », in R. Héryn et C. Muller (dir.), *Quelles géographies sociales ? Espaces et Sociétés à la fin du XXe siècle*, Les Documents de la MRSH, 7, Colloque de géographie sociale de Caen, 10 et 11 octobre 1996, p. 195-214.
- TOURAINÉ, Alain. (1984). «Les mouvements sociaux : objet particulier ou problème central de l'analyse sociologique?», *Revue française de sociologie*, vol. XXV, p. 3-19.
- VAILLANCOURT, Y. et FAVREAU, L. 2000. *Le modèle québécois d'économie sociale et solidaire*. In <http://www.unites.uqam.ca/econos/CHERCHEURS%20modele%20quebecois%20Vaillancourt%20Favreau.pdf> Acessado em 15/02/2011
- VAILLANCOURT, Y. 2008. Note de recherche sur l'apport de l'économie sociale dans la coproduction et la coconstruction des politiques publiques. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET0801)
- VALE, M. Existirá um Modelo Quebequense de Reestruturção Económica?. *Lisboa Finisterra*, XLII, 83, 2007, pp. 133-136.